

| | | | |
|---------|--------------------------------------|------------------|------|
| 003466g | VENUSTO DA SILVA CARDOSO | 0000000010985115 | 7.86 |
| 003504k | VIRGINIA NAVARRO FERNANDES GONCALVES | 0000000002174550 | 8.29 |

II. **COMUNICAR** que o resultado estará disponível a partir de **29 de JANEIRO de 2010** no **DIÁRIO DA JUSTIÇA** da mesma data e a partir de **1º de FEVEREIRO de 2010** nos endereços eletrônicos **www.mp.ce.gov.br** do Ministério Público do Estado do Ceará e **www.concursosfcc.com.br** da Fundação Carlos Chagas conforme disposto nos itens 4 e 5 do Capítulo XIX do Edital de Abertura de Inscrições Nº 001/2008.

III. **INFORMAR** aos interessados que:

a) faculta ao candidato requerer, antes da interposição de recurso quanto ao resultado das Provas Orais, a reprodução do áudio de sua prova, devendo fazê-lo no prazo de 2 (dois) dias subsequentes a esta publicação, por meio de sedex, à Fundação Carlos Chagas, conforme disposto no item 9 do Capítulo XVII do Edital de Abertura de Inscrições Nº 001/2008.

b) os recursos decorrentes desta etapa deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à reprodução do áudio mencionada acima, conforme disposto no item 2 e 6 do Capítulo XVII do Edital de Abertura de Inscrições Nº 001/2008.

Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2010

MARIA LUÍZA FONTENELE DE PAULA RODRIGUES
Procuradora de Justiça - Presidente

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea "a" e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2009, período de janeiro/2009 a dezembro/2009, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 186.480.916,13 | - |
| Pessoal Ativo (I) | 121.377.149,61 | - |
| Contribuição Patronal | 22.717.873,08 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 42.385.893,44 | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | (55.073.654,96) | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | (19.728.137,12) | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | (35.345.517,84) | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 131.407.261,17 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | 131.407.261,17 | - |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 8.371.767.744 | |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 1,57 | |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%> | 167.435.354,88 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%> | 159.063.587,14 | |

FONTE: Despesa - Sistema Integrado de Contabilidade – SIC e SUPSEC; RCL – SEFAZ, contendo dados preliminares relativos ao mês de dezembro/2009, conforme ofício nº 22/2010-GAB, 25/01/2010.

Nota: (!) Não considerada a despesa com abono de permanência no valor de R\$ 1.883.750,39, caracterizada como benefício de caráter assistencial – Portaria nº 574, de 30 de agosto de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

(*) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas, estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

| ATIVO | VALOR | PASSIVO | VALOR |
|--|-----------|---|-------------------|
| DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | |
| Caixa | | Depósitos | |
| Banco | | Restos a pagar Processados | 67.283,30 |
| Conta Movimento (Gestão) – nº 702.600-0 – CEF | 0,00 | Do Exercício | 67.283,30 |
| Conta Salário – nº 023.495-8 - BB | 553,76 | De Exercícios Anteriores | - |
| Conta Concurso Público – 022.987-3 – BB | 1.175,97 | RP Não-processados de Exercícios | |
| Conta (alienação imóvel Iguatu) – 023.815-5 - BB | 94.869,59 | Anteriores | |
| Aplicações Financeiras | | Outras Obrigações Financeiras | |
| Outras Disponibilidades Financeiras | | | |
| INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I) | (!) | SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II) | (!) |
| TOTAL | - | TOTAL | |
| INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III) | | | 267.692,37 |
| SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II – III) | | | (!) |

FONTE: Diretoria Financeira da PGJ (SIC-Sistema Integrado de Contabilidade)

NOTA : (!) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

RGF, ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea “b”)

R\$ 1,00

| ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|------------------|--|-------------------|--|
| | Processados | | Suficiência/Insuficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados | Não Processados | |
| | Inscritos | | | Inscritos | Não Inscritos por Insuficiência Financeira |
| | Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | |
| Administração Direta | | | | | |
| Ministério Público | - | 67.283,30 | (!) | 267.692,37 | (!) |
| TOTAL | - | 67.283,30 | (!) | 267.692,37 | (!) |

| DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | RESTOS A PAGAR | | | | |
|-------------------------|-----------------------|------------------|--|-------------------|--|
| | Processados | | Suficiência/Insuficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados | Não Processados | |
| | Inscritos | | | Inscritos | Não Inscritos por Insuficiência Financeira |
| | Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | |
| Fonte 00 | - | 66.512,52 | (1) | 263.344,38 | (1) |
| Fonte 82 | - | 770,78 | | 4.347,99 | |
| TOTAL | - | 67.283,30 | | 267.692,37 | |

FONTE: SIC-Sistema Integrado de Contabilidade

NOTA : (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 A DEZEMBRO/2009

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|----------------|---------------|
| Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – TDP | 131.407.261,17 | 1,57 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF) - (2,00 %) | 167.435.354,88 | 2,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,90 %) | 159.063.587,14 | 1,90 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|--|---|--|
| Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos | 267.692,37 | (1) |

FONTE: Despesa-Sistema Integrado de Contabilidade/Coordenação de Previdência – CPREV/SUPSEC – SEPLAG

Receita Corrente Líquida/Contribuição Patronal – Secretaria da Fazenda, contendo dados preliminares da RCL relativa ao mês de dezembro/2009, conforme ofício nº 22/2010-GAB, 25/01/2010.

NOTA : (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

(2) Os limites de pessoal foram extraídos do Anexo I-Demonstrativo da Despesa de Pessoal.

Fortaleza, 26 de janeiro de 2010

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO
 Procuradora-Geral de Justiça

TERESA JACQUELINE DE MESQUITA CIRÍACO
 Coordenadora da Assessoria de Planejamento

GLADYS FURTADO BRASIL
 Diretora Financeira

* * * * *